
Onde estão as mulheres? Um percurso didático pela história da literatura portuguesa

*Where are the Women? A didactic journey through the
history of portuguese literature*

Vanda Anastácio
Universidade de Lisboa

DOI

<http://doi.org/10.37508/rcl.2022.n48a513>

RESUMO

A escassez de nomes de autoras nas Histórias da Literatura tem sido constatada por estudiosos que se interrogaram sobre a própria possibilidade de produzir uma História da Literatura portuguesa em que a presença feminina seja relevante. Este estudo procura interrogar as razões desta ausência, fazer um balanço dos estudos sobre as escritoras anteriores a 1800 e propor metodologias possíveis para ultrapassar esta invisibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escritoras portuguesas anteriores a 1800; História da Literária; Literatura e Género; Culto dos Grandes Homens.

ABSTRACT

The scarcity of mentions to women authors in the Histories of Literature has been noticed by scholars who have questioned the very possibility of producing a History of Portuguese Literature including women. This study seeks to question the reasons for this absence, to review studies on women writers prior to 1800 and to propose possible methodologies to overcome this invisibility.

KEYWORDS: Portuguese Women Writers before 1800; Literary History, Literature and Gender; Cult of Great Men.

Quando pegamos nas Histórias da Literatura Portuguesa e nos apercebemos da escassez de referências a autoras anteriores ao século XX, a pergunta que nos ocorre é esta: *onde estão as mulheres?* A ausência das mulheres é notória em obras consideradas “fundadoras”, como o *Bosquejo de Literatura Portuguesa* de Almeida Garrett (1826) – que não refere nenhuma escritora – e nos três volumes da Recapitulação da *História da Literatura Portuguesa* de Teófilo Braga – publicados entre 1909 e 1918, onde se mencionam (de passagem) três –, e continua nas narrativas historiográficas posteriores e nos manuais destinados às escolas, onde o número de autoras mencionadas oscila entre os 3% e os 5%. O quadro que se segue pretende ilustrar esta realidade a partir de alguns dos primeiros manuais de história literária da área portuguesa.

QUADRO 1

AUTOR	TÍTULO	DATA	HOMENS	MULHERES
BOUTERWECK	Geschichte von spanisch und portugiesisch Literatur	1805	85	3
Almeida GARRETT	Bosquejo de Literatura Portuguesa	1826	58	0
Ferdinand DENIS	La littérature du midi de l'Europe	1826	143	9
F. Freire de CARVALHO	Primeiro Ensaio de História da Literatura Portuguesa	1845	39	5
J. M. COSTA E SILVA	Dicionário Biográfico-crítico dos melhores poetas portugueses	1851	95	5
Teófilo BRAGA	História da Literatura Portuguesa (recapitulação)	1909-18	155	3
Aubrey BELL	Literatura Portuguesa. História e Crítica	1921	267	7
Fidelino de FIGUEIREDO	História Literária de Portugal (secs. XII-XX)	1944	513	11

A fraca representação das mulheres no discurso historiográfico sobre a literatura portuguesa tem sido sublinhada por diversos investigadores nas últimas décadas, e o contraste entre a inexistência de dados relativos a Portugal e a informação disponível para outras áreas culturais europeias deu origem, até, a reflexões que anunciaram a impossibilidade de escrever uma história da produção textual feminina para o caso português. Por exemplo, na tese de Doutorado que defendeu em 2005 na Universidade de Estocolmo, Catarina Edfeldt afirmou: “A Literatura Portuguesa (...) parece não ter condições para a produção de uma história da escrita das mulheres à maneira tradicional” (EDFELDT, 2005). E Anna Klobucka, que desenvolve investigação a partir da Universidade de Dartmouth, nos Estados Unidos, observou, em 2008, que na literatura portuguesa a noção de autor está de tal modo identificada com o masculino que seria impossível construir uma narrativa histórica da escrita das mulheres que viveram em Portugal antes do século XX, dizendo:

A tradição multissecular da autoria literária ser largamente sinónima com a autoria masculina é (...) um dado iniludível no contexto cultural português, tornando fundamentalmente inviável a construção de macro-narrativas evolutivas da tradição da escrita feminina antes do século vinte. (KLOBUCKA, 2008, p. 19).

Voltando à questão, num trabalho publicado em 2021, a mesma autora reiterou a ausência de referências a mulheres anteriores ao século XX, dizendo:

o cânone da literatura portuguesa é composto exclusivamente por autores do sexo masculino até aos meados do século vinte, abrindo-se eventuais e questionáveis exceções a esta regra (...) (KLOBUCKA, 2021, p. 165).

Porque não estão as mulheres nas Histórias da Literatura Portuguesa?

O que se sabe sobre a História das mulheres em Portugal tem fornecido argumentos para explicar esta ausência. Mencionam-se, por exemplo, os baixos níveis de alfabetização das mulheres portuguesas ao longo do tempo e refere-se o facto de, antes do século XIX, as mulheres terem publicado pouco. A crer nestes argumentos, a ausência de escritoras nas Histórias da Literatura Portuguesa estaria explicada. Mas... as fontes disponíveis levam-nos a questionar esta ideia.

Há um texto do teólogo Diogo Paiva de Andrada que pode ajudar-nos nesta reflexão. Faz parte da sua obra intitulada *Casamento Perfeito*, publicada postumamente, em 1630, onde figura um capítulo (o XXII) com o título “Que se guardem de estar ociosas”, no qual se descreve o modo como, em seu entender, as mulheres deveriam ocupar o tempo. Apesar de longo, transcrevemo-lo aqui, com o intuito de apoiar esta reflexão. Vale a pena observar que o autor não apresenta as “mulheres” como um grupo homogéneo, e atentar ao papel que reserva à leitura e à oração nas ocupações femininas:

[...] Ocupai-vos em alguma coisa para resistirdes ao demónio; porque não engana ele tão facilmente, aos que se entretêm em bons exercícios. Não persuadimos pelo menos às que são ricas, e servidas, que tudo sejam rocas, e almofadas, porque não faltam outras ocupações, e exercícios, em que possam gastar algumas horas, como ler por livros devotos, que é a lição mais conveniente, e acomodada para toda a gente Cristã; ou também de histórias, contanto que não sejam lascivas, nem amorosas: porque nestes há muitos perigos, mal-entendidos, que às vezes causam danos bem certos: Recolher-se em seus aposentos, ou Oratórios a tratar um pouco com Deus, ou mental, ou vocalmente, conforme ao cabedal de seu espírito. (ANDRADA, 1630, p. 184-185)

Andrada continua recomendando para as mulheres leitoras o papel de mediadoras da cultura escrita e apresentando como modelo para a sua actuação o exemplo da Virgem Maria:

Assistir nos labores, e costuras de suas criadas, e contar-lhes amigavelmente exemplos devotos, e curiosos que têm lido, que lhes sirvam de alívio no trabalho, e de exortação para a virtude: Passada alguma parte do dia nestes, ou outros bons exercícios, tornem ao de suas costuras, e fiados, que não devem nunca largar de todo, por ser o mais acomodado, e conveniente, que podem usar as mulheres casadas, e em que sempre se esmeraram tanto as mais ilustres, qualificadas, e perfeitas: e a gloriosíssima Virgem Nossa Senhora, a quem o Céu adorava, e o Inferno tanto temia, tão livre, e segura de qualquer sombra de pecado, que por mais ociosa, que estivesse, não podia nunca ter parte nela, nem uma pequena leviandade; contudo vivia, para exemplo nosso, com tantos resguardos, e cautelas nesta matéria, que jamais deixou de estar ocupada em nenhuma hora, nem momentos; porque as primeiras três horas do dia (refere-o assim Santo Epifânio) gastava em rezar com o fervor, e devoção, que podemos considerar em tal espírito: as outras três, que se lhe seguiam em fiar, ou tecer, (quem pudera comprar alguma vara deste pano) ou encanelar os seus romances, com o qual ofício se sustentava; e o demais tempo em meditar nas coisas divinas, e ler pela Escritura Sagrada; e com tão soberano, e divino exemplo, que Rainha, ou que Princesa, não digo já de outro estado, nem qualidade, poderá ter atrevimento, para passar a vida ociosamente? (ANDRADA, 1630, p. 185-186).

Não há dúvida de que Paiva de Andrade achava que conhecia a maneira como a Virgem Maria organizava o seu “*emploi du temps*” mas, como se vê por este quadro de Carpaccio, não era o único a achar que sabia como ela ocupava os tempos livres...

Carpaccio, *Virgem lendo*, séc. XV



O texto de Paiva de Andrada interessa-nos, neste caso, a) pela distinção que faz entre as mulheres que são “ricas e servidas” e as outras; b) pela indicação do tipo de textos adequados à leitura feminina (“que não sejam lascivos nem amorosos”); c) e pela associação entre as mulheres que são “ricas e servidas” e a própria Virgem Maria – aqui apresentada como modelo de comportamento para todo o género feminino – com a actividade da leitura. Claramente Paiva de Andrade não achava que essa actividade fosse adequada a *todas* as mulheres. Através destes conselhos, percebemos que o acesso às competências da leitura e da escrita não é condicionado apenas pelo “género”. A realidade do acesso das mulheres à cultura escrita é mais complexa. A categoria de análise que o género constitui necessita ser cruzada ou *interseccionada*, com outras, como o “grupo social” ou classe a que se pertence (nobre, camponesa, etc.), o “estado” (solteira, casada, viúva), a “afiliação religiosa”, a “etnia”, o “meio” onde se vive (rural, urbano, conventual, corte, etc.). O grupo social de origem é determinante na aquisição destas competências e na possibilidade de as exercer de forma autónoma.

Para o caso português, é ilustrativa a investigação realizada por Maria José Azevedo dos Santos em 2004, publicada com o título sugestivo de *Assina quem sabe e lê quem pode*, que estuda as assinaturas nos róis de moradias (o equivalente da folha de pagamentos) das mulheres da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III (SANTOS, 2004). Apesar de se estimar que a iliteracia feminina, na época, seria superior a 80%, neste conjunto de damas da corte, só 7 em 43 não sabiam escrever (16,27%). Mas... num mundo onde as formas de comunicação com base na oralidade eram dominantes, como na sociedade portuguesa anterior ao século XVIII, podemos perguntar se seria essencial, para produzir textos, ser capaz de ler e escrever.

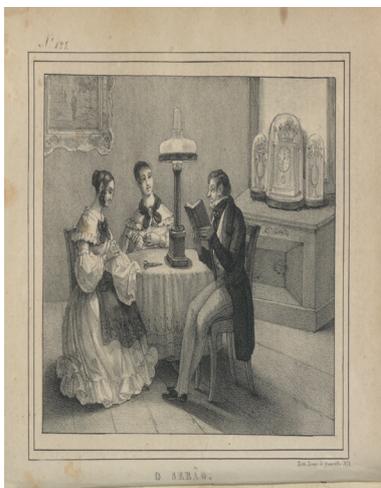
Saber ler e escrever seria essencial?

Para pensar sobre esta questão, vale a pena determo-nos em algumas representações de uma prática de leitura corrente neste período: a leitura em voz alta. Observemos o quadro pintado pelo artista francês Jean-François de Troy por volta de 1720, que tem por título *La Lecture de Molière*.



Trata-se da representação de uma prática corrente desde a Antiguidade, em que alguém que sabe ler o faz, de forma a que outros oiam. Ilustra, de facto, uma experiência de leitura colectiva. Vejamos alguns aspectos: em primeiro lugar, a decoração da sala e os trajos das personagens informam-nos que se trata de indivíduos pertencentes a um grupo social privilegiado; depois, observa-se o indício da possível natureza (marcada pelo género) ou “genderizada”, para usar um neologismo frequente, do acto de ler: é um homem que lê, são as mulheres que ouvem – ainda que haja uma outra personagem masculina no quadro que parece mais interessada numa das ouvintes do que na leitura de Molière... Pensemos que quem lê tem o controle sobre o conteúdo que transmite (pode omitir passagens, por exemplo) e que, nesse sentido, existe uma assimetria de “poder” entre leitor e ouvintes. Mas... o resultado desta prática é que, mesmo que nenhuma destas senhoras soubesse ler, inteirar-se-ia do conteúdo da obra e teria acesso – por interposta pessoa – ao conteúdo das obras em voga no momento.

É difícil encontrar representações deste tipo para o caso português, porque a pintura que chegou até nós, anterior ao século XIX, é predominantemente de temática alegórica, religiosa e institucional. No entanto, há uma gravura, publicada em 1840, no periódico literário português *O Ramalhete*, a que podemos recorrer:



Num ambiente menos faustoso, (ainda que decorado com esmero, com quadros na parede e objectos decorativos protegidos por campânulas de vidro), reencontramos a mesma prática de leitura e a mesma “genderização” ou, se quisermos, apropriação, pelo elemento masculino, do livro e da leitura. As actividades das mulheres (que poderão ser mãe e filha) não se afastam muito em 1840 das recomendações que fazia Paiva de Andrada no século XVI: lá estão elas, entregues aos seus bordados e costuras (O RAMALHETE, 1840). Estas imagens ajudam-nos a complexificar esta reflexão e a pensar que a prática da leitura em voz alta possibilitava o acesso mediado à cultura escrita a quem não sabia ler e a leitores pouco competentes. A mediação por meio de um leitor podia ser, até, complementada com a mediação de um amanuense. Nesses casos, o ditado oral permitia a produção de textos com recurso a profissionais da escrita, como os secretários, ou os escrivães profissionais.

O caso mais conhecido de uma mulher iletrada que adquiriu reputação como autora desta maneira é o de Olympe de Gouges (1748-1793) a qual, apesar de analfabeta, não só deu à estampa 30 peças de teatro e pelo menos dois romances, como publicou também, entre 1788 e 1793 (data em que foi guilhotinada), uma dezena de panfletos políticos entre os quais uma *Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã* – que a levaram ao cadafalso...¹ (BLANC, 2003). Foi também desta maneira que António Feliciano de Castilho (1800-1895), cego

¹ Publica mais de 30 peças de teatro. Os seus romances mais conhecidos são *Mémoire de Mme de Valmont* (1788) e *Le Prince philosophe* (1792). Entre os panfletos que publicou entre 1788 e 1793 contam-se: 1788 — *Lettre au peuple ou projet d'une Caisse patriotique par une citoyenne*; 1788 — *Remarques patriotiques*; 1788 — *Refléxions sur les hommes nègres*; 1789 — *Le cri du sage*; 1789 — *Projet d'un second théâtre et d'une maternité*; 1790 — *Plaidoyer pour le droit au divorce et un statut equitable pour les enfants naturels*; 1791 — *Declaration des droits de la femme dédiiée à la Reine. Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*.

desde os seis anos, conseguiu estudar, fez toda a escolaridade ouvindo ler em voz alta o irmão Augusto Frederico de Castilho – e pôde singrar na carreira das letras, produzindo uma obra imensa que ditava aos seus secretários. Podemos, então, perguntar: *que possibilidades teriam as mulheres portuguesas de difundir os seus textos?*

A DIFUSÃO DOS TEXTOS DE AUTORIA FEMININA

A questão deve ser pensada à luz do que sabemos sobre o modo como os textos – independentemente do género do seu autor – circulavam e eram difundidos neste período. Além da importância da transmissão oral, vale a pena recordar o papel de relevo desempenhado pelo manuscrito na disseminação das obras. Em Portugal, até ao início do século XIX a cópia manuscrita é um meio de difusão de textos extremamente eficaz (BUESCU, 1999). Numa sociedade em que não há telefones, nem televisão, nem internet, o manuscrito apresenta-se como a forma mais directa, mais célere e mais eficaz de comunicar à distância.

Uma das razões dessa eficácia é o facto de os escritos em circulação em Portugal terem estado sujeitos ao controle da censura entre 1536 e 1820. O sistema censório português foi sofrendo alterações e reestruturações ao longo do tempo, (para uma breve recapitulação da história da censura, veja-se o livrinho de Graça Almeida Rodrigues) (RODRIGUES, 1980). Porém, quer o sistema tripartido que vigorou nos séculos XVI e XVII, quer a Real Mesa Censória criada em 1768, quer as sucessivas reformas que o sistema sofreu em 1781 e 1795 obrigavam a um período de espera entre o momento em que um original era entregue na tipografia e a data da sua publicação: era preciso aguardar, em média, entre um ano e meio e três anos. Em comparação, a divulgação de textos através da cópia manuscrita era mais eficaz.

QUADRO 2

ETAPAS DA CENSURA EM PORTUGAL

<p><i>1539 e a década de 1570</i> - implementação da Censura tripartida (Inquisição, Desembargo do Paço e Ordinário)</p> <p><i>1768</i> - criação da Real Mesa Censória</p> <p><i>1781</i> - criação da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame dos Livros</p> <p><i>1795</i> - restabelecimento do sistema tripartido.</p>

Para começar, assegurava uma certa rapidez na transmissão (o manuscrito não passava, necessariamente, pelo sistema de aprovação censorial). Mas outro factor a ter em conta é o facto de os produtores de textos e os seus leitores privilegiados pertencerem aos mesmos grupos sociais de origem, e moverem-se em círculos sociais próximos. Numa sociedade em que aqueles que têm acesso à instrução e à cultura letrada pertencem às camadas sociais mais elevadas da hierarquia social, e em que as instâncias máximas de consagração das obras e dos autores são o Rei, a corte e, eventualmente, os representantes da Igreja, a circulação manuscrita pode ser suficiente para se alcançar o reconhecimento como autor. Era possível construir uma reputação de prestígio, improvisando, recitando ou lendo textos em voz alta em reuniões sociais (que poderiam ser serões da corte, outeiros conventuais, assembleias em casas particulares, etc.) e distribuindo cópias entre os assistentes interessados, que, por sua vez, as copiavam e passavam a outros interessados, sem passar pelos prelos (ANASTÁCIO, 2005).

Grande parte das obras dos poetas consagrados pela historiografia literária não chegou a publicar os seus textos em vida. É o caso de muitos contemporâneos de Camões – Sá de Miranda, António Ferreira, Pero de Andrade Caminha, etc. –, e também de grande parte dos poetas dos séculos XVII (como Jerónimo Baía, Gregório de Mattos, ou Barbosa Bacelar) e XVIII (como Correia Garção, Marquesa de

Alorna, Francisco Joaquim Bingre, Forjaz de Campos, a Viscondessa de Balsemão, etc.) que gozaram de grande reconhecimento em vida graças à circulação manuscrita das suas obras, mas deixaram a maior parte da sua produção por publicar. Estas características tornaram o manuscrito um meio privilegiado pelas mulheres para disseminar a sua produção textual. Numa época em que se esperava que a actuação feminina se circunscrevesse à esfera privada, o manuscrito garantia uma forma de difusão que não colidia abertamente com a discrição e recato exigidos às mulheres. Espalhar textos escritos à mão em círculos restritos em ocasiões de convívio social de natureza semi-privada – como as que tinham lugar no ambiente da corte, do convento, ou do salão – era uma forma eficaz de chegar a leitores privilegiados, mantendo a aparência de privacidade. Ainda assim, podemos perguntar se as mulheres portuguesas teriam a possibilidade de publicar os seus textos.

Publicação de obras de autoria feminina

Sabemos que para publicar é necessário ter acesso aos agentes que produzem objectos impressos (impressores, editores, etc.). Antes do século XIX, a forma mais prestigiosa de o conseguir consistia em obter o patrocínio de um mecenas que pagasse os custos da edição e concedesse privilégios de exclusividade ao editor. Mas também era possível fazê-lo pagando a totalidade dos custos de impressão da obra. Qualquer destas vias era de difícil acesso para a maioria das mulheres, tendo em conta a sua reduzida autonomia. Mas ambas as possibilidades foram usadas por mulheres portuguesas.

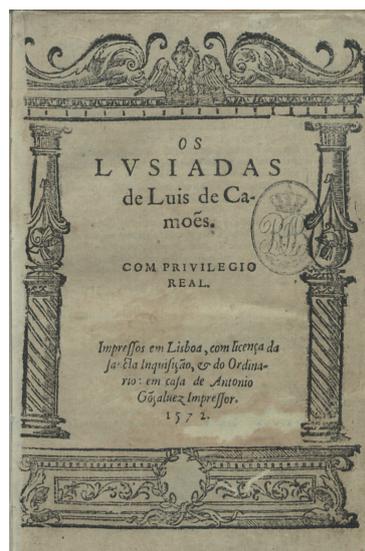
É que, em Portugal, publicaram-se obras de mulheres desde o século XVI. Garcia de Resende, no *Cancioneiro Geral* que organizou e foi impresso em 1516, publica obras de 28 mulheres (RESENDE, [1516] 1998). São sobretudo motes destinados a ser glosados pelos cortesãos e estrofes soltas que alternam com outras “estrofes de ajuda” em

poemas colectivos improvisados nos serões do paço, havendo dois casos de poemas curtos “completos” ou seja, de mote e glosa. Apesar da reduzida proporção que representam, se tivermos em conta que o cancionero inclui textos de 318 autores masculinos, a verdade é que se trata de documentos relevantes da participação das mulheres no universo da poesia de corte (BARANDA, 2008; TARRÍO, 2000). E D. Leonor de Noronha (1440-c.1520), solteira, publica com o seu nome duas traduções do latim (em que inclui alguns textos da sua lavra): *A Crónica de Marco António Sabélico*, em 1550, e uma *História da Vida de Cristo (História da Nossa Redenção)*, em 2 volumes em 1555 – com patrocínio feminino (o seu mecenas foi a Rainha D. Catarina de Áustria) (NORONHA, 1550; NORONHA, 1555). O facto de se tratar de traduções deve ser encarado com algum distanciamento, uma vez que D. Leonor acrescenta numerosos comentários marginais e, na tradução da *Crónica de Sabélico*, inclui três capítulos da sua lavra (respectivamente o “Capítulo de Job, de que nam faz mençam Sabelico”, o “Capítulo da Estoria de Tobias que não põe Sabélico” e o “Capitulo da Historia de Judith que não põe Sabélico”), por achar, como informa na “Dedicatória” à Rainha que figura no volume, que “há hi cousas em que Sabélico vai muy curto” (SANMARTIN, 2003).

Vale a pena determo-nos um pouco na observação do rosto dessas obras. No primeiro caso, pelo fino e complexo trabalho artístico da xilogravura utilizada na portada e pela utilização do escudo português, que assinala, do ponto de vista da materialidade, o patrocínio real. E, também, por termos o nome de D. Leonor impresso na portada, tal como o nome da Rainha que a patrocina, porque ambos os nomes surgem acompanhados pela indicação da tutela masculina que os legitima: o pai – Marquês de Vila Real – e o marido – o Rei D. João III.



No segundo caso, vale a pena observar que se trata de uma utilização da mesma portada que viria a ser usada para publicação de *Os Lusíadas* dezassete anos mais tarde, com o acrescento de uma pequena vinheta assinalando a temática religiosa. Claramente, entre 1555 e 1772, foi usada muitas vezes. Os elementos xilográficos mais delicados, entretanto, quebraram...



Finalmente lembremos a publicação de Joana da Gama (1520-1586), viúva, que publica por volta de 1555, pagando do seu bolso a totalidade das despesas da sua obra *Ditos da Freyra* com as quais pôde arcar porque, como informa no seu testamento, apesar de viúva e recolhida, não professou para “estar sempre na posse de sua fazenda” e poder dispor dela (QUINT, 2010) (SILVA, 2010).



Como se verifica, nem a falta de literacia, nem a dificuldade em publicar impediram as mulheres portuguesas de se envolverem na cultura escrita como produtoras. Talvez se possa pensar que o silêncio da historiografia literária sobre as escritoras se explique por terem sido poucas...

Houve poucas mulheres a escrever?

Entre 2007 e 2013, participei em dois projectos de investigação financiados pela FCT (entre 2007 e 2009 – *Portuguese Women Writers*, PTDC/ELT/68234/2006, e entre 2010 e 2013 - *Portuguese Women Writers - Escritoras Portuguesas (1500-1900)* PTDC/CLE-LI/108508/2008) que tiveram como objectivos inventariar as escritoras portuguesas anteriores a 1900 e identificar e localizar as suas obras. No âmbito desses projectos, foram identificadas 270 escrito-

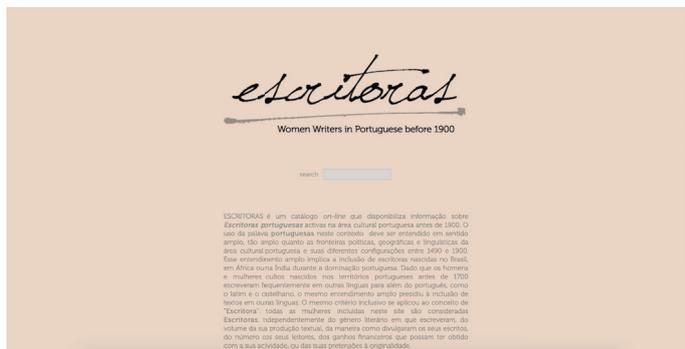
ras, activas antes de 1800 e um número quase idêntico de escritoras activas entre 1800 e 1900.

QUADRO 3

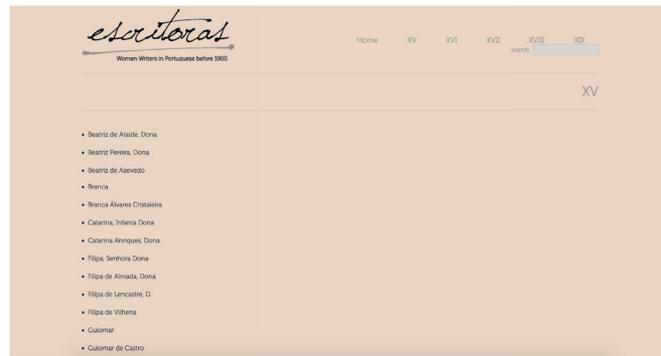
NÚMERO DE ESCRITORAS PORTUGUESAS IDENTIFICADAS (anteriores a 1800)

SÉCULO XV	38 escritoras
SÉCULO XVI	56 escritoras
SÉCULO XVII	96 escritoras
SÉCULO XVIII	80 escritoras
Total : 270 escritoras activas antes de 1800	

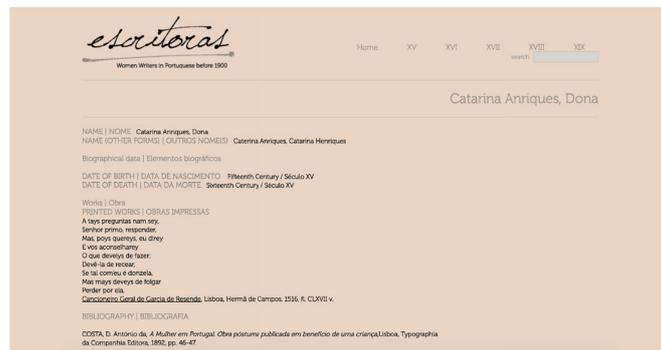
Como se chega a estes números? A identificação das escritoras e os critérios que presidiram à inclusão dos seus nomes no *corpus* das escritoras portuguesas obrigaram ao questionamento de algumas das noções básicas em que assenta a narrativa da História Literária tradicional. Em 2014, a Fundação Gulbenkian e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa financiaram a disponibilização dos dados essenciais sobre essas escritoras na internet, através do site www.escritoras-em-portugues.eu.



O site permite pesquisar por palavra, mas também por século. Neste caso, os nomes das escritoras surgem dispostos por ordem alfabética.



Para cada escritora, é disponibilizada informação biográfica e informação bibliográfica (bibliografia activa e passiva) e, sempre que foi possível identificar obras digitalizadas na net, essa versão digital é alcançável a partir de um link incluído na ficha.



No texto de apresentação do site, estão explícitos os critérios que presidiram à identificação das escritoras aí representadas, da seguinte forma:

ESCRITORAS é um catálogo *on-line* que disponibiliza informação sobre *Escritoras portuguesas* activas na área cultural portuguesa antes de 1900. O uso da palavra portuguesas neste contexto deve ser entendido em sentido amplo, tão amplo quanto as fronteiras políticas, geográficas e linguísticas da área cultural portuguesa e suas diferentes configurações entre 1490 e 1900. Esse en-

tendimento amplo implica a inclusão de escritoras nascidas no Brasil, em África ou na Índia durante a dominação portuguesa. Dado que os homens e mulheres cultos nascidos nos territórios portugueses antes de 1700 escreveram frequentemente em outras línguas para além do português, como o latim e o castelhano, o mesmo entendimento amplo presidiu à inclusão de textos em outras línguas. O mesmo critério inclusivo se aplicou ao conceito de “Escritora”: todas as mulheres incluídas neste site são consideradas Escritoras, independentemente do género literário em que escreveram, do volume da sua produção textual, da maneira como divulgaram os seus escritos, do número dos seus leitores, dos ganhos financeiros que possam ter obtido com a sua actividade, ou das suas pretensões à originalidade.

Ou seja, para conseguir “encontrar” estas mulheres, foi preciso repensar a pertinência dos critérios de formação do cânone tradicionalmente usados pela historiografia literária, baseados num entendimento estrito da noção de *território nacional*, de *língua nacional* e até da própria ideia do que é um *autor* e do que é uma *obra*. Mas o levantamento destes dados suscita outras questões: o que fazer com estes dados? Como se ultrapassa a ausência das mulheres da narrativa da História Literária? Como afirmou Charlotte Bunch em 1987 a questão não se resolve como nas receitas de culinária, ou seja: “Não basta juntar mulheres e mexer bem” (BUNCH; DOUGLAS, 1987, p. 11). Mas podemos estudar formas alternativas de apresentar a informação reunida até ao momento, de modo a sugerir ao leitor interessado e aos estudiosos roteiros de aproximação às problemáticas colocadas pelos escritos das mulheres do passado.

Foi o que fizemos em 2013, quando organizámos a *Antologia Improvável* reunindo documentos capazes de ilustrar a relação entre as mulheres e a cultura escrita no universo “português”, privilegiando reflexões sobre ensino e aprendizagem, escrita, leitura e posse de livros (ANASTÁCIO, 2013). O volume está organizado em três grandes

secções (*Discursos masculinos, Polêmicas e querelas e Discursos femininos*) e procura dar a ler os discursos que condicionaram a escrita das mulheres, pôr em evidência as polémicas que envolveram homens e mulheres acerca dos direitos que estas deveriam ter e dos papéis que deveriam desempenhar, e também fornecer exemplos concretos das tipologias textuais e das modalidades de afirmação autoral praticadas nos escritos de autoria feminina antes do século XIX. Porque acredito que a instrução conduz à autonomia e à formação de opiniões e pontos de vista próprios, incluíram-se também testemunhos que documentam a emergência de discursos individualizados contra as concepções dominantes em cada momento, saídos da pena de mulheres. A estrutura da obra tenta conduzir o leitor através das questões mais relevantes para a compreensão da escrita das mulheres entre o século XVI e o século XVIII. Mas... apesar de contribuir para dar a conhecer a documentação existente e as questões que esta suscita, apesar de poder servir como roteiro, uma antologia não é um discurso historiográfico.

Para pensar formas possíveis de incluir a informação reunida sobre as escritoras na narrativa da História Literária, parece mais produtivo seguir o conselho de Pierre Bourdieu, e *historicizar* a própria área disciplinar que a viu nascer. Como se sabe, os Estudos Literários constituíram-se como área científica em época recente. São uma criação do século XIX (ANDERSON, 2006). Antes do século XIX, não se estudava *Literatura*. A Retórica, a Dialética e a Gramática (as disciplinas do *trivium*) ocupavam o espaço conceptual associado ao ensino, que a *Literatura* passou a ocupar a partir das primeiras décadas de oitocentos (ANASTÁCIO 2005b). A disciplina de *Literatura* constitui-se ao mesmo tempo que a disciplina de *História Nacional*, e ambas as disciplinas são produto de um momento histórico e de uma atitude mental: a ideia, cara ao Romantismo (e, também, ao Positivismo que se difundiu na segunda metade do século), de que

cada povo teria uma personalidade própria, tal como teria uma *língua*, um *território*, uma *cultura específica* (TORRES, 2011) (SOUZA, 2007). Lembremos ainda que ambas as disciplinas, História Nacional e Literatura Nacional, organizaram-se de acordo com o paradigma científico dos inícios do século XIX, assente numa metodologia taxonómica: ou seja, procedendo a partir da elaboração de listagens e classificações (lembremos o que fez Lineu ou o que fez Darwin, por exemplo). De maneira semelhante, a disciplina de História Nacional seleccionou listas de grandes acontecimentos ilustrativos da identidade nacional, de governantes, de chefes militares, de heróis, de batalhas, de datas. A Literatura preocupou-se em identificar e listar, também, autores, obras e temáticas ilustrativas do carácter nacional.

Na senda das “novidades” postas em voga em França, a seguir à Revolução Francesa, em que se procurou substituir os modelos de comportamento propostos pela instituição eclesiástica (os santos) criando uma galeria de modelos laicos que encarnassem as virtudes cívicas (VOVELLE, 2015; DOMMANCET, 1918), quer a História Literária, quer a História Nacional retomaram o *culto dos Grandes Homens* que tinha sido recuperado no seio das Academias do século XVIII, através da popularização do elogio dos seus membros, criando uma galeria de personagens laicas exemplares, capazes de encarnar os valores cívicos da Nação (BONNET, 1998; BONNET, 2001; MATOS, 1992). Numa época em que as famílias delegavam cada vez mais a instrução à instituição escolar, as disciplinas de História Nacional e de Literatura passaram a integrar o sistema pedagógico. Acreditava-se que estas disciplinas deveriam servir para formar cidadãos respeitadores da lei e da moral. A esmagadora maioria dos alunos que frequentavam a escola eram rapazes, e os valores “cívicos” a transmitir identificados com os modelos de comportamento masculinos. E as mulheres?

A narrativa fundacional da nova ciência dos autores e das obras – a *História Literária* – reproduz a visão do mundo do tempo que

a viu nascer (SOUSA, 2007). O século XIX não trouxe grandes alterações na forma de encarar a condição feminina. Em Portugal, as mulheres continuaram a não ter personalidade jurídica e a viver na dependência da tutela masculina. A lei e a mentalidade dominante continuavam a questionar o seu direito à instrução e os papéis que lhes estavam reservados continuavam a ser os da esfera doméstica. Num certo sentido, pode até dizer-se que a margem de manobra das mulheres se restringiu nesta época, à medida que a instituição monárquica e a sociedade por ordens se foi “democratizando”, e as mulheres das camadas mais elevadas da sociedade – as tais “ricas e servidas”, como lhe chamou Paiva de Andrade – foram perdendo as prerrogativas conferidas pelo nascimento e pelo privilégio...

A menorização das mulheres na sociedade portuguesa de início do século ficou bem patente em 1822, quando o deputado Domingos Borges de Barros apresentou às primeiras Cortes Gerais da nação portuguesa uma proposta de lei para a concessão do direito de voto às mulheres com mais de seis filhos. A assembleia de deputados não considerou sequer que valesse a pena discuti-la, e a justificação dada por Manuel Borges Carneiro foi a seguinte: “Trata-se do exercício de um direito político, e delles são as mulheres incapazes. Ellas não tem voz nas sociedades publicas: *mulier in ecclesia taceat*, diz o Apóstolo.” (o Apóstolo de que se fala é, como se sabe, São Paulo) (DIÁRIO, 1822, p. 907, grifos do autor).

No início do século XIX, assistimos a uma verdadeira explosão da imprensa periódica, à redução do custo do livro impresso e à diminuição drástica do recurso ao manuscrito como forma de circulação dos textos. A forma de consagração por excelência para quem escreve é a *publicação*, que é vista como uma *projecção* da voz e da imagem do autor no espaço público. Num contexto social em que o papel das mulheres se encontra associado à esfera doméstica e ao espaço privado, essa associação contribuiu para a exclusão das mulheres da

publicação e da narrativa da História Literária, pensada para o ensino e para a formação de cidadãos com direitos jurídicos e políticos, ou seja, dos rapazes. Assim, os autores acolhidos no *cânone literário* são homens, originários dos grupos sociais mais próximos do campo do poder. E... quando as Histórias da Literatura mencionam autoras, tendem a classificá-las, a elas ou às suas obras, como “varonis” (e trata-se de um elogio...) (ANASTÁCIO, 2005). Na narrativa das grandezas cívicas da Nação não parecia haver lugar para mulheres.

Perante este estado de coisas, cabe perguntar:

Será possível escrever uma História da Literatura Portuguesa anterior a 1800 que inclua as mulheres?

Creemos que a resposta possível a esta questão será SIM, SE...

- SE... alterarmos os parâmetros em que assentou até agora a construção da narrativa da História Literária.
- SE... passarmos de uma História dependente do paradigma científico do século XIX (ou seja, de uma narrativa assente em taxonomias: feita de listagens de autores e de obras e de classificações) para uma História assente em modelos teóricos dinâmicos (como poderiam ser os propostos por Pierre Bourdieu, ou Itamar Even-Zohar (1999), por exemplo). Penso numa narrativa que procure dar conta da realidade da “vida dos textos”, ou seja, dos modos como estes são produzidos, difundidos e consumidos num dado momento, numa dada sociedade. Que identifique trajetórias, mecanismos de atribuição de valor e instâncias de consagração.
- SE... tomarmos consciência das assimetrias de género no acesso à cultura e às competências básicas da leitura e da escrita, bem como dos mecanismos de exclusão que afastaram (e afastam) indivíduos do universo da cultura erudita com base no género.
- SE... procurarmos os vestígios da produção cultural feminina e a entendermos na sua especificidade (em que locais é produzida, que materiais usa, que formas adopta, como se difunde, quem a promove, o que a torna possível, o que a condiciona).

Em suma, a integração dos dados relativos às escritoras do passado e o seu estudo exige uma reflexão sobre os fundamentos da própria disciplina e a colocação de perguntas de investigação que só recentemente começaram a ser colocadas para o caso das literaturas de língua portuguesa. Nesse sentido, pode dizer-se que o estudo das mulheres que se abalançaram à produção textual não só contribui para a reconfiguração da área disciplinar dos Estudos Literários, como constitui um impulso para a sua renovação. Porém, podemos ainda perguntar:

Que interesse pode ter, hoje, estudar as escritoras do passado?

Observe-se que o desconhecimento dos papéis desempenhados ao longo do tempo pelas mulheres no campo intelectual tem servido para a desvalorização da contribuição feminina para o debate conceptual e ideológico, e que esse desconhecimento está na origem da construção de estereótipos sobre as mulheres que contribuem para a manutenção da desigualdade e da discriminação com base no género nas sociedades do presente. A investigação histórica sobre o envolvimento das mulheres com a cultura escrita e com a cultura erudita permite historicizar essas construções e preconceitos (BOURDIEU, 1998) e colocar à disposição das meninas e mulheres do presente *uma genealogia histórica* e um conjunto de *modelos de actuação* que escapam às noções de *irrelevância*, *desempowerment* (desempoderamento) e *passividade* que continuam a ser associados aos papéis femininos (TORRES, 2016).

No momento presente, as sociedades ocidentais começam a ter consciência dos efeitos negativos que as formas de discriminação com base no género têm no conjunto do tecido social. Começam a dar-se conta do desperdício de talento que resulta dos obstáculos colocados ao acesso das mulheres à educação de qualidade, e da necessidade de alcançar a paridade no exercício de direitos fundamentais. Estas questões encontram-se abrangidas na agenda 2030 das Nações

Unidas, onde figuram, entre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, 4 - Educação de qualidade; 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas; e 10 - reduzir as desigualdades no interior dos países – e entre países.



Repensar o modo como a memória histórica e as narrativas que a transmitem lidaram com a informação relativa às mulheres, romper com o silêncio que caiu sobre a sua actuação no campo intelectual e fornecer dados sobre essa actuação às gerações mais jovens, constitui, sem dúvida, um passo fundamental neste sentido.

RECEBIDO: 06/09/2022 APROVADO: 17/09/2022

REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Vanda (org.). *Uma Antologia Improvável. A Escrita das Mulheres (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Relógio d'Água, 2013.

ANASTÁCIO, Vanda. Mulheres varonis e interesses domésticos. (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX). *Cartographies. Mélanges offerts à Maria Alzira Seixo*, Lisboa, p. 537-556, 2005.

ANASTÁCIO, Vanda (2005b) Da História Literária e de alguns dos seus problemas. In: COLÓQUIO LITERATURA E HISTÓRIA : PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR, 1, Lisboa, 2005. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/299/1/ACTAS-Literatura%20e%20História43-59.pdf.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

- ANDERSON, Benedict. *Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised version, London: Verso, 2006.
- ANDRADA, Diogo Paiva de. *Casamento Perfeito*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1630. Disponível em: <https://purl.pt/14226/1/index.html#/9/html>. Acesso em: 25 set. 2022.
- BARANDA, Nieves. Notas para un cancionerillo de poetas cortesanas del siglo XVI. *Mujeres en la literatura. Escritoras*. Mexico: Distrito Federal, Destiempos.com, año 4, n. 19, p. 8-27, marzo-abr.2008.
- BLANC, Olivier. *Marie-Olympe de Gouges: une humaniste à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Viénet, 2003.
- BONNET, Jean-Claude. *Naissance du Panthéon. Essai sur le culte des Grands Hommes*. Paris : Fayard, 1998.
- BONNET, Jean-Claude. Le culte des grands hommes en France au XVIIIe siècle ou la défaite de la monarchie. *Modern Language Notes*. n. 4, p. 689-704, sept. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. n. 89, 1991, p. 3-46.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Lisboa: Relógio d'água, 2013, 1998.
- BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa* (recapitulação). 3ª edição, 4 volumes, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, [1918] 2005.
- BUESCU, Ana Isabel. Cultura manuscrita e cultura impressa na época moderna: uma sondagem. *Penélope: fazer e desfazer História*. n. 21, p. 11-32, 1999.
- BUNCH, Charlotte; DOUGLAS, Carole Ann. Interview: Charlotte Bunch on Global Feminism. *Looking Forward to the future: Feminist science-fiction*, vol. 17, n. 9, October 1987, p. 10-12.
- DIÁRIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.
- DOMMANCET, Maurice. La religion révolutionnaire. *Annales Revolutionnaires*, t. 10, n. 3, p. 318-326, mai-juin 1918.
- EDFELDT, Chatarina. *Uma História na História*. Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de Estocolmo, Estocolmo, 2005.

EVEN-ZOHAR, Itamar, The Literay System. Polysystem Studies. *Poetics Today*, v. 11, n. 1, p. 27-44, 1990.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da História e Poesia da Língua Portuguesa. In: GARRETT, Almeida. O retrato de Venus e estudos de historia litteraria. 3. ed. Porto: Ernesto Chardron Editor, 1884 p. 163-233. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=38033> . Acesso em: 22 set. 2022.

KLOBUCKA, Anna. Sobre a hipótese de uma *herstory* da Literatura Portuguesa. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 10, p. 13-25, dez. 2008.

KLOBUCKA, Anna. Cânonez. In.: TAMEN, Miguel, António FEIJÓ, João FIGUEIREDO (eds.) *O Cânone*. Lisboa: Tinta da China, 2020, p. 165-171.

MATOS, Sérgio Campos. História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no último quartel do século XIX. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n. 8, p. 51-72, 1992.

NORONHA, Leonor de. *Corónica general de Marco António Sabélico des ho começo do mundo até nosso tempo*. Lisboa: João Álvares / João de Barreira, 1550.

NORONHA, Leonor de. *Este livro é o começo da História da nossa redenção que se fez para consolação dos que não sabem latim*. Lisboa: Germão Galharde, 1555.

QUINT, Anne Marie. Introdução. In.: GAMA, Joana da. *Ditos da Freira*. Edição literária de Anne-Marie Quint. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. ed.: Aida Fernandes Dias Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 5 vols., 1998

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portuga.*, Lisboa: ICALP – Biblioteca Breve, 1980.

SANMARTIN, Roberto López-Iglésias. *A dona do tempo antigo: mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1557)*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2003.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

SILVA, Fabio Mario. Joana da Gama, uma estrategista das Letras Portuguesas do século XVI. *Odisseia – PPGEL/UFRN* Natal RN, n. 11, Jul-Dez 2010, p. 1-10.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

TARRÍO, Ana Maria. 'Um amor demasiado'. Sobre a Carta de amor em verso. In.: RODRIGUEZ, José Luis (org.) *Estudos dedicados a Ricardo Carvallo Calero*, tomo II, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela-Parlamento de Galicia, 2000. p. 663-670.

TORRES, Anália. *Porque precisamos de Estudos de Género, Feministas e Estudos sobre as Mulheres?* Lisboa: Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências e Políticas. Maio 2016. Disponível em: <http://www.analiatorres.com/images/untitled%20folder/Anália%20Torres%20-%20Por%20que%20precisamos%20de%20estudos%20de%20género.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

TORRES, Elias. About literary Systems and National Literatures. *CLCWeb: Comparative Literatures and Cultures*, vol. 13, Issue 5, Purdue Univesity Press, 2011.

VOVELLE, Michel. La Révolution Française et les origines de la laïcité. *La Pensée*, v. 3, n. 383, p. 27-36, 2015.

MINICURRÍCULO

VANDA ANASTÁCIO é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde ensina Literatura e Cultura Portuguesa dos séculos XVI a XVIII. Colabora com diferentes Centros de pesquisa em Portugal, na Europa e no Brasil. Publicou edições críticas de autores clássicos (Camões, Pero de Andrade Caminha, Marquesa de Alorna). Nas últimas décadas tem-se dedicado ao resgate e ao estudo de obras de escritoras de língua portuguesa anteriores ao século XIX.